

... continuação

detalhado como a Companhia determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. 2.5. Mensuração ao valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 5.2. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levavam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. 2.6. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazer-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Companhia, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. 2.7. Ativo imobilizado disponibilizado para venda: Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, a Companhia renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda". Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. 2.8. Imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*"impairment"*), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. b) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. c) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a classe do ativo imobilizado, a vida útil estimada do item e valor estimado de venda ao final da vida útil – valor residual (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 estão demonstradas na nota explicativa 12. A Companhia adota o procedimento de revisar, no mínimo, anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanhando regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. A revisão do valor residual dos ativos tem impacto no valor depreciável destes e, por consequência, nas taxas de depreciação aplicadas até o final da vida útil dos ativos analisados, mas não altera a vida útil dos itens. 2.9. Intangível: 2.9.1. Fundo de comércio: O fundo de comércio representa valores pagos para aquisição de direitos favoráveis de exploração de venda de máquinas e equipamentos da marca Valtira. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável (*"impairment"*), conforme descrito na nota explicativa 13.1. 2.9.2. Testes de perda de valor recuperável (*"impairment"*): Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável (*"impairment"*). Individualmente ou no nível da UGC, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. As premissas e metodologias para realizar os testes de (*"impairment"*) dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgadas na nota explicativa 13.1. 2.10. Arrendamentos: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). (i) Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavel-

mente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. E remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso e aqueles que, anteriormente, eram classificados como "arrendamento mercantil a pagar", que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos por direito de uso" e "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. Arrendamentos de ativos de baixo valor: A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação ("TI"). A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. (ii) Como arrendador: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca, quando aplicável, a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.4.1.c e 2.4.4). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. 2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ e CSLL"): As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. 2.12. Provisões: 2.12.1. Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 2.12.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.13. Receitas de contratos com clientes: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: 2.13.1. Receita de vendas de veículos e peças: a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos: Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. b) Reconhecimento da receita conforme CPC 47: A receita de máquinas e implementos novos, peças e acessórios é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Os contratos de vendas de máquinas e implementos seminovos, devem contemplar garantia de motor e caixa de marcha por três meses subsequentes à venda. Para os contratos que possuem garantia de motor, a receita é reconhecida na medida que é altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustada para as devoluções esperadas quando aplicável. O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque. 2.13.2. Receita de locação: a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos: A Companhia aluga frota de caminhões para transporte de cargas, máquinas e equipamentos agrícolas. As locações são formalizadas por meio de contratos celebrados entre a Companhia e seus clientes. Este contrato determina os termos e condições relativos ao aluguel e passa a vigorar no momento de sua assinatura e consequente disponibilização dos veículos, máquinas e equipamentos agrícolas (obrigação de desempenho). O contrato estabelece, entre outras condições: • O preço acordado entre as partes, o qual é cobrado em parcelas fixas mensais; e • A vigência, varia em média 60 meses, com reajuste anual pelo IGP-M. A rescisão do contrato por parte do cliente enseja a ele o pagamento de multa de 50% sobre o valor total das parcelas vencidas. Para formalizar a cobrança, no mês subsequente à utilização dos bens que são objetos do aluguel por parte do cliente, são emitidas faturas com o valor mensal acordado contratualmente. b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2) A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização do caminhão, máquina e/ou equipamento. O valor da receita a ser reconhecida é formalizado por meio dos contratos de locação e cobrados mensalmente durante o tempo de utilização dos ativos pelo cliente. 2.13.3. Receita de prestação de serviço: a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos: A Companhia presta serviços de assistências técnicas para as máquinas e equipamentos novos e seminovos vendidos. As vendas de serviços são formalizadas por meio de ordens de servi-

ços acordadas com os clientes, que incluem os valores de peças e mão de obra utilizados na prestação de serviços. As faturas para assistência técnica são emitidas após a conclusão dos serviços prestados. b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47: A receita é reconhecida conforme a prestação de serviço. O valor da receita é estabelecido e formalizado por meio de orçamentos apresentados pela Companhia ao cliente e por este aprovado, o qual é reconhecido quando da finalização do serviço contratado pelo cliente. 2.13.4. Receita de venda de ativos desmobilizados: a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos: Após o término do contrato de locação com seus clientes, a Companhia desmobiliza e vende as máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos da Companhia. Considerando a natureza de sua operação, o caixa utilizado na aquisição destes ativos imobilizados é considerado como atividade operacional na demonstração dos fluxos de caixa. Os clientes obtêm controle das máquinas e equipamentos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto ou cartão de crédito. b) Reconhecimento da receita conforme CPC 47: A receita de máquinas e equipamentos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. 2.14. Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. 2.15. Capital social: 2.15.1 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia do Conselho de Administração, Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado, caso houver. 3. Uso de estimativas e julgamentos – Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. 3.1. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivo no exercício findo em 31/12/2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas (*"impairment"*) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda – nota explicativa 8; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) – nota explicativa 12; c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis – nota explicativa 13.1; d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados – nota explicativa 19.4. Novas normas e alterações de normas vigentes – Alterações e normas vigentes a partir de 01/01/2022: a) Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado": revisão que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 01/01/2022. b) Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": revisão para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 01/01/2022. c) Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios": revisão com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração tem vigência de aplicação a partir de 01/01/2022; d) Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 01/01/2022: i) CPC 06(R2) – "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado, ii) CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros, iii) CPC 37 – "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais, iii) CPC 29 – "Ativos Biológicos" – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no período de adoção (01/01/2022). Alterações e normas vigentes a partir de 01/01/2023: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras: a) Alteração ao CPC 26(R1) "Apresentação das Demonstrações Contábeis": com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26(R1). As alterações do CPC 26(R1) tem vigência a partir de 01/01/2023. b) Alteração ao CPC 26(R1) – Divulgação de políticas contábeis: nova alteração sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identifica-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. c) Alteração ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. d) Alteração ao IAS 32 – Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. Não se espera que as alterações acima tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, e não há outras normas CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – 5.1 Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

2022				
Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – amortizado				
Ativos ao valor justo por meio do resultado	VJORA	Custo amortizado	Total	
Caixa e equivalentes de caixa	11.094	–	50	11.144
Títulos e valores mobiliários	1.178	–	–	1.178
Contas a receber	–	–	270.488	270.488
Instrumentos financeiros derivativos	–	7.412	–	7.412
Fundo para capitalização de concessionárias	–	–	603	603
Outros créditos	–	–	3.010	3.010
	12.322	7.412	274.101	293.835
Passivo, conforme balanço patrimonial				
Fornecedores				
Empréstimos e financiamentos	138.455	138.455	–	–
Arrendamentos por direito de uso	104.696	104.696	–	–
Outras contas a pagar	3.422	3.422	–	–
	9.139	9.139	–	–
	255.712	255.712	–	–
Controladora				
2021				
Ativos ao valor justo por meio do amortizado				
Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		
Caixa e equivalentes de caixa	–	2.006	–	2.006
Títulos e valores mobiliários	13.266	–	–	13.266
Contas a receber	–	–	81.669	81.669

				Controladora	
				2021	
				Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
					Total
Ativos, conforme balanço patrimonial					
Fundo para capitalização de concessionárias				-	7.210
Outros créditos				-	5.318
				13.266	96.203
					109.469
				Custo amortizado	
Passivo, conforme balanço patrimonial					Total
Fornecedores				38.782	38.782
Empréstimos e financiamentos					-
Arrendamentos por direito de uso				2.151	2.151
Outras contas a pagar				5.034	5.034
				45.967	45.967
					Consolidado
					2021
				Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
					Total
Ativos, conforme balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa				-	14.099
Títulos e valores mobiliários				13.269	-
Contas a receber				-	111.688
Fundo para capitalização de concessionárias				-	7.210
Outros créditos				-	5.389
				13.269	138.386
					151.655
				Custo amortizado	
Passivo, conforme balanço patrimonial					Total
Fornecedores				56.234	56.234
Empréstimos e financiamentos					-
Arrendamentos por direito de uso				4.842	4.842
Outras contas a pagar				5.035	5.035
				66.111	66.111

5.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros: A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, está demonstrada a seguir:

				Controladora	
				2021	
				Valor contábil	Valor justo
				Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa				11.144	11.144
Títulos e valores mobiliários				1.178	1.178
Contas a receber				270.488	270.488
Instrumentos financeiros derivativos				7.412	7.412
Fundo para capitalização de concessionárias				603	603
Outros créditos				3.010	3.010
Total				293.835	293.835
Passivos Financeiros					
Fornecedores				138.455	138.455
Empréstimos e financiamentos				104.696	106.548
Arrendamento por direito de uso				3.422	3.422
Outras contas a pagar				9.139	9.139
Total				255.712	257.564
				45.967	45.967
					Consolidado
					2021
				Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa				14.099	14.099
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras				13.269	13.269
Contas a receber				111.688	111.688
Fundo para capitalização de concessionárias				7.210	7.210
Outros créditos				5.389	5.389
Total				151.655	151.655
Passivos Financeiros					
Fornecedores				56.234	56.234
Empréstimos e financiamentos					-
Arrendamento por direito de uso				4.842	4.842
Outras contas a pagar				5.035	5.035
Total				66.111	66.111

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo: **Nível 1** – Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. **Nível 2** – Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e **Nível 3** – Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta classificação. A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

				Controladora	
				2021	
				2022	2021
				Nível 1	Nível 2
				Total	Nível 1
Ativos ao valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa					
CDB – Certificado de depósitos bancários				-	11.094
Aplicações financeiras				11.094	-
LFT – Letras Financeiras do Tesouro				509	5.605
LTN – Letras do Tesouro Nacional				666	-
Outras aplicações				3	7.661
Valor justo de instrumentos de hedge					
Swap				-	7.412
				1.175	18.509
				12.272	13.266
				1.934	15.200
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo – com diferença entre o valor contábil e o valor justo					
Empréstimos e financiamentos				(104.696)	(104.696)
				(104.696)	(104.696)
					Consolidado
					2021
				Nível 1	Nível 2
				Total	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa					
CDB – Certificado de depósitos bancários				-	11.999
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras				11.999	-
LFT – Letras Financeiras do Tesouro				5.608	5.608
LTN – Letras do Tesouro Nacional				7.661	-
				13.269	11.999
				25.268	
Os instrumentos financeiros cujos valores se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; (ii) A análise de fluxos de caixa descontados. A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31/12/2022 está apresentada a seguir:					
Curva de juros Brasil					
Vértice					
Taxa (a.a.) – %					
1M 6M 1A 2A 3A 5A 10A					
13,65 13,73 13,42 12,66 12,61 12,62 12,61					
Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) – 31/12/2022.					

5.3 Gerenciamento de riscos financeiros: A Companhia está exposta ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez sobre seus principais ativos e passivos financeiros. A Companhia faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da sua controladora Simpar e com a aprovação do Conselho de Administração da controladora direta Vamos para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Companhia sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Companhia não contrata derivativos para fins especulativos, e essas operações quando contratadas são utilizadas somente para proteger-se das variações ligadas ao risco de mercado. a) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê Financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o grupo está exposto ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de rating, conforme demonstrado abaixo:

continua

continuação

Vamos Máquinas e Equipamentos S.A.									
	Locação de serviços prestados		Locação de serviços tomados		Venda de ativos		Compra de ativos		Despesas administrativas
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Movida Locação	-	-	-	(1)	-	-	-	-	(1.372)
Movida Participações	-	-	(18)	(2)	-	-	-	-	(144)
	5.509	9.082	(6.003)	(8.696)	-	133	-	(133)	(4.824)
Total	12.390	12.753	(12.884)	(12.367)	-	133	-	(133)	3.038
19. Remuneração dos administradores – A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, composto pela diretoria, sendo que a remuneração dos administradores inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e estão resumidas conforme a seguir:									
Controladora e consolidado									
	2022	2021							
Remuneração fixa	974	762							
Remuneração variável	1.571	1.010							
Benefícios	27	23							
Total	2.572	1.795							
A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo. 20. Imposto de renda e contribuição social – 20.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos									
Controladora Consolidado									
	2022	2021	2021						
Imposto diferido ativo:	115	115	115						
Provisão para demandas judiciais e administrativas	115	115	115						
Provisão para perdas esperadas ("Impairment") de contas a receber	2.427	2.510	3.061						
Provisão para ajuste a valor de mercado e absolescência	3.242	1.445	2.531						
Outras provisões	2.602	573	573						
Total imposto diferido ativo	8.386	4.643	6.280						
Imposto diferido passivo:									
Outras provisões	214	-	(13)						
Total do imposto diferido passivo	214	-	(13)						
Total líquido	8.600	4.643	6.267						
A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada a seguir:									
Saldo em 31 de dezembro de 2020			(35.202)						
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado			1.964						
IR/CS diferidos sobre cisão			37.881						
Saldo em 31 de dezembro de 2021			4.643						
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado			3.957						
Saldo em 31 de dezembro de 2022			8.600						
20.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social									
Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.									
Controladora Consolidado									
	2022	2021	2021						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	101.929	52.509	58.508						
Alíquotas nominais	34%	34%	34%						
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(34.656)	(17.853)	(19.893)						
Equivalência patrimonial	3.711	3.957	-						
Incentivos fiscais – PAT	-	24	48						
Despesas indedutíveis	(35)	(23)	(49)						
Juros sobre capital próprio	3.268	3.005	3.005						
Subvenção de ICMS	30.926	-	-						
IRPJ e CSLL apurados	3.214	(10.890)	(16.889)						
Corrente	-	(12.926)	(18.853)						
Diferido	3.214	2.036	1.964						
IRPJ e CSLL no resultado	3.214	(10.890)	(16.889)						
Alíquota efetiva	-3.2%	20,7%	28,9%						
As declarações de imposto de renda da Companhia estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros. A Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada. 20.3 Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher									
Saldo em 31 de dezembro de 2021			950						
Provisão de IR/CS do exercício a pagar			-						
Antecipações e recolhimentos de IR/CS no exercício			(16.900)						
Retenções de IR/CS no exercício			37.903						
Saldo em 31 de dezembro de 2022			21.953						
IR/CS a recuperar			21.953						
IR/CS a recolher			-						
Saldo em 31 de dezembro de 2022			21.953						
Saldo em 31 de dezembro de 2020			742						
Provisão de IR/CS do exercício a pagar			(12.928)						

continuação

Vamos Máquinas e Equipamentos S.A.									
	Locação de serviços prestados		Locação de serviços tomados		Venda de ativos		Compra de ativos		Despesas administrativas
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Movida Locação	-	-	-	(1)	-	-	-	-	(1.372)
Movida Participações	-	-	(18)	(2)	-	-	-	-	(144)
	5.509	9.082	(6.003)	(8.696)	-	133	-	(133)	(4.824)
Total	12.390	12.753	(12.884)	(12.367)	-	133	-	(133)	3.038
19. Remuneração dos administradores – A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, composto pela diretoria, sendo que a remuneração dos administradores inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e estão resumidas conforme a seguir:									
Controladora e consolidado									
	2022	2021							
Remuneração fixa	974	762							
Remuneração variável	1.571	1.010							
Benefícios	27	23							
Total	2.572	1.795							
A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo. 20. Imposto de renda e contribuição social – 20.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos									
Controladora Consolidado									
	2022	2021	2021						
Imposto diferido ativo:	115	115	115						
Provisão para demandas judiciais e administrativas	115	115	115						
Provisão para perdas esperadas ("Impairment") de contas a receber	2.427	2.510	3.061						
Provisão para ajuste a valor de mercado e absolescência	3.242	1.445	2.531						
Outras provisões	2.602	573	573						
Total imposto diferido ativo	8.386	4.643	6.280						
Imposto diferido passivo:									
Outras provisões	214	-	(13)						
Total do imposto diferido passivo	214	-	(13)						
Total líquido	8.600	4.643	6.267						
A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada a seguir: Saldo em 31 de dezembro de 2020									
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado			1.964						
IR/CS diferidos sobre cisão			37.881						
Saldo em 31 de dezembro de 2021			4.643						
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado			3.957						
Saldo em 31 de dezembro de 2022			8.600						
20.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social									
Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.									
Controladora Consolidado									
	2022	2021	2021						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	101.929	52.509	58.508						
Alíquotas nominais	34%	34%	34%						
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(34.656)	(17.853)	(19.893)						
Equivalência patrimonial	3.711	3.957	-						
Incentivos fiscais – PAT	-	24	48						
Despesas indedutíveis	(35)	(23)	(49)						
Juros sobre capital próprio	3.268	3.005	3.005						
Subvenção de ICMS	30.926	-	-						
IRPJ e CSLL apurados	3.214	(10.890)	(16.889)						
Corrente	-	(12.926)	(18.853)						
Diferido	3.214	2.036	1.964						
IRPJ e CSLL no resultado	3.214	(10.890)	(16.889)						
Alíquota efetiva	-3.2%	20,7%	28,9%						
As declarações de imposto de renda da Companhia estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros. A Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada. 20.3 Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher									
Saldo em 31 de dezembro de 2021			950						
Provisão de IR/CS do exercício a pagar			-						
Antecipações e recolhimentos de IR/CS no exercício			(16.900)						
Retenções de IR/CS no exercício			37.903						
Saldo em 31 de dezembro de 2022			21.953						
IR/CS a recuperar			21.953						
IR/CS a recolher			-						
Saldo em 31 de dezembro de 2022			21.953						
Saldo em 31 de dezembro de 2020			742						
Provisão de IR/CS do exercício a pagar			(12.928)						

continuação

Vamos Máquinas e Equipamentos S.A.									
	Locação de serviços prestados		Locação de serviços tomados		Venda de ativos		Compra de ativos		Despesas administrativas
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Movida Locação	-	-	-	(1)	-	-	-	-	(1.372)
Movida Participações	-	-	(18)	(2)	-	-	-	-	(144)
	5.509	9.082	(6.003)	(8.696)	-	133	-	(133)	(4.824)
Total	12.390	12.753	(12.884)	(12.367)	-	133	-	(133)	3.038
19. Remuneração dos administradores – A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, composto pela diretoria, sendo que a remuneração dos administradores inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e estão resumidas conforme a seguir:									
Controladora e consolidado									
	2022	2021							
Remuneração fixa	974	762							
Remuneração variável	1.571	1.010							
Benefícios	27	23							
Total	2.572	1.795							
A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo. 20. Imposto de renda e contribuição social – 20.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos									
Controladora Consolidado									
	2022	2021	2021						
Imposto diferido ativo:	115	115	115						
Provisão para demandas judiciais e administrativas	115	115	115						
Provisão para perdas esperadas ("Impairment") de contas a receber	2.427	2.510	3.061						
Provisão para ajuste a valor de mercado e absolescência	3.242	1.445	2.531						
Outras provisões	2.602	573	573						
Total imposto diferido ativo	8.386	4.643	6.280						
Imposto diferido passivo:									
Outras provisões	214	-	(13)						
Total do imposto diferido passivo	214	-	(13)						
Total líquido	8.600	4.643	6.267						
A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada a seguir: Saldo em 31 de dezembro de 2020									
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado			1.964						
IR/CS diferidos sobre cisão			37.881						
Saldo em 31 de dezembro de 2021			4.643						
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado			3.957						
Saldo em 31 de dezembro de 2022			8.600						
20.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social									
Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.									
Controladora Consolidado									
	2022	2021	2021						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	101.929	52.509	58.508						
Alíquotas nominais	34%	34%	34%						
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(34.656)	(17.853)	(19.893)						
Equivalência patrimonial	3.711	3.957	-						
Incentivos fiscais – PAT	-	24	48						
Despesas indedutíveis	(35)	(23)	(49)						
Juros sobre capital próprio	3.268	3.005	3.005						
Subvenção de ICMS	30.926	-	-						
IRPJ e CSLL apurados	3.214	(10.890)	(16.889)						
Corrente	-	(12.926)	(18.853)						
Diferido	3.214	2.036	1.964						
IRPJ e CSLL no resultado	3.214	(10.890)	(16.889)						
Alíquota efetiva	-3.2%	20,7%	28,9%						
As declarações de imposto de renda da Companhia estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros. A Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada. 20.3 Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher									
Saldo em 31 de dezembro de 2021			950						
Provisão de IR/CS do exercício a pagar			-						
Antecipações e recolhimentos de IR/CS no exercício			(16.900)						
Retenções de IR/CS no exercício			37.903						
Saldo em 31 de dezembro de 2022			21.953						
IR/CS a recuperar			21.953						
IR/CS a recolher			-						
Saldo em 31 de dezembro de 2022			21.953						
Saldo em 31 de dezembro de 2020			742						
Provisão de IR/CS do exercício a pagar			(12.928)						

continuação

Vamos Máquinas e Equipamentos S.A.									
	Locação de serviços prestados		Locação de serviços tomados		Venda de ativos		Compra de ativos		Despesas administrativas
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Movida Locação	-	-	-	(1)	-	-	-	-	(1.372)
Movida Participações	-	-	(18)	(2)	-	-	-	-	(144)
	5.509	9.082	(6.003)	(8.696)	-	133	-	(133)	(4.824)
Total	12.390	12.753	(12.884)	(12.367)	-	133	-	(133)	3.038
19. Remuneração dos administradores – A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, composto pela diretoria, sendo que a remuneração dos administradores inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e estão resumidas conforme a seguir:									
Controladora e consolidado									
	2022	2021							
Remuneração fixa	974	762							
Remuneração variável	1.571	1.010							
Benefícios	27	23							
Total	2.572	1.795							
A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo. 20. Imposto de renda e contribuição social – 20.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos									
Controladora Consolidado									
	2022	2021	2021						
Imposto diferido ativo:	115	115	115						
Provisão para demandas judiciais e administrativas	115	115	115						
Provisão para perdas esperadas ("Impairment") de contas a receber	2.427	2.510	3.061						
Provisão para ajuste a valor de mercado e absolescência	3.242	1.445	2.531						
Outras provisões	2.602	573	573						
Total imposto diferido ativo	8.386	4.643	6.280						
Imposto diferido passivo:									
Outras provisões	214	-	(13)						
Total do imposto diferido passivo	214	-	(13)						
Total líquido	8.600	4.643	6.267						
A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada a seguir: Saldo em 31 de dezembro de 2020									
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado			1.964						
IR/CS diferidos sobre cisão			37.881						
Saldo em 31 de dezembro de 2021			4.643						
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado			3.957						
Saldo em 31 de dezembro de 2022			8.600						
20.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social									
Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.									
Controladora Consolidado									
	2022	2021	2021						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	101.929	52.509	58.508						
Alíquotas nominais	34%	34%	34%						
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(34.656)	(17.853)	(19.893)						
Equivalência patrimonial	3.711	3.957	-						
Incentivos fiscais – PAT	-	24	48						
Despesas indedutíveis	(35)	(23)	(49)						
Juros sobre capital próprio	3.268	3.005	3.005						
Subvenção de ICMS	30.926	-	-						
IRPJ e CSLL apurados	3.214	(10.890)	(16.889)						
Corrente	-	(12.926)	(18.853)						
Diferido	3.214	2.036	1.964						
IRPJ e CSLL no resultado	3.214	(10.890)	(16.889)						
Alíquota efetiva	-3.2%	20,7%	28,9%						
As declarações de imposto de renda da Companhia estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros. A Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada. 20.3 Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher									
Saldo em 31 de dezembro de 2021			950						
Provisão de IR/CS do exercício a pagar			-						
Antecipações e recolhimentos de IR/CS no exercício			(16.900)						
Retenções de IR/CS no exercício			37.903						
Saldo em 31 de dezembro de 2022			21.953						
IR/CS a recuperar			21.953						
IR/CS a recolher			-						
Saldo em 31 de dezembro de 2022			21.953						
Saldo em 31 de dezembro de 2020			742						
Provisão de IR/CS do exercício a pagar			(12.928)						

continuação

Vamos Máquinas e Equipamentos S.A.									
	Locação de serviços prestados		Locação de serviços tomados		Venda de ativos		Compra de ativos		Despesas administrativas
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Movida Locação	-	-	-	(1)	-	-	-	-	(1.372)
Movida Participações	-	-	(18)	(2)	-	-	-	-	(144)
	5.509	9.082	(6.003)	(8.696)	-	133	-	(133)	(4.824)